



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.

Sub-eixo: Relações étnico-raciais e desigualdades.

A SOCIABILIDADE BURGUESA E RELAÇÕES DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL

ANNATERRA MEIRA OLIVEIRA DE JESUS¹

LÚCIA ABADIA DE CARVALHO QUEIROZ²

ALINE PEREIRA DIAS³

RODRIGO PAIXÃO PACHECO⁴

Resumo: Este texto apresenta uma acentuada e breve discussão sobre a divisão sexual do trabalho, em um contexto histórico marcado por regimes societários que vão de escravidão, colonização, e liberalismo este último processo culminando com a globalização, dessa forma, destaca-se esta divisão e suas repercussões para as mulheres, inclusive em um sistema econômico que a reafirma, provocando então uma intensa luta e resistência pautadas na equidade de gênero, afrontando as amarras histórico-políticas do domínio masculino.

Palavras-chave: mulheres; relações sociais de sexo; trabalho.

THE BOURGEOIS SOCIABILITY AND GENDER RELATIONS: AN ANALYSIS OF SOCIAL SERVICE

Abstract: This text presents a sharp and brief discussion about the sexual division of labor, in a historical context marked by societal regimes ranging from slavery, colonization, and liberalism, the latter process culminating in globalization, and its repercussions for women even in an economic system that reaffirmed this division, provoking an intense struggle and resistance of women who wish to be free, without the ties of male domination.

Keywords: women; social relations of sex; work.

INTRODUÇÃO

Este trabalho percorre a discussão ainda tímida no curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sobre relações de sexo e suas intersecções (gênero, sexualidade, classe, raça/etnia). A ideia é articular essas categorias de análise na materialização do Projeto Ético Político do

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: <annameira12@gmail.com>.

² Professor com formação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

³ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

⁴ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Serviço Social, uma vez que ao quadro de desmontes sociais e agressões políticas, civis, sociais, econômicas são contínuas à classe trabalhadora.

É preciso que a categoria profissional em conjunto com os estudantes afunile na discussão e no direcionamento da formação profissional, visto que essa é alvo da mercadologização da educação e do acesso à universidade. Este artigo também simboliza a resistência a estrutura colonizadora que direciona as relações de trabalho e sociais, uma vez que a divisão sócio técnica do trabalho, é também sexual, moral, religiosa e política, com a estratégia única de beneficiar quem detém o controle dos meios de produção para sua manutenção e controle.

1) **Estratificação Social, Coisificação e Sociabilidade Burguesa**

A divisão da sociedade de classes é determinada a partir do processo de produção, este é construído sob a lógica da divisão sócio técnica do trabalho. A apreensão de que não há sociedade sem classes é que este trabalho discute a Estratificação social como um conceito sociológico que atua na análise e interpretação da classificação dos indivíduos e grupos sociais, a partir de dados e condições socioeconômicas e sobre esse conceito caracterizar o funcionamento da organização hierárquica de uma sociedade. A contar por sua vez, em quem tem poder de compra e venda no mercado frente à demanda do capital. Para que se corrobore a concepção mecanicista da história, é preciso de subsídio estrutural que lhe dê condições de reprodução de uma determinada ideologia.

A ideologia é a concepção de mundo elaborada por um grupo social fundamental e espalha-se por toda a sociedade (GRAMSCI, 1978), construída para manutenção da classe dominante, a ideologia é repassada à sociedade pela estrutura ideológica (escolas, igrejas, instituições) e o material ideológico é toda a produção desta concepção. Isto é, jornais, livros, mídias, moda, novelas que são resultados de uma coerção implícita articulada entre Estado, religião e família para manutenção e ordem do capital. Esse processo consolidado pelas forças coercitivas tem aparato policial para o enfrentamento dos grupos ou pessoas que questionem a ordem vigente.

Lukács (1971), diz que o proletariado, visto como produto do capitalismo está subjugado às formas de existência de seu produtor. Ele denomina esse

transcurso de inumanidade, reificação. O autor ainda discute que “[...] toda tentativa do pensamento burguês de dominar o processo histórico do conhecimento”, salienta que a história é cedida a essa ideologia como “tarefa insolúvel”. Davis e Moore (1976) expõem que ante a ideia de mecanismo em funcionamento, a sociedade tem que organizar seus constituintes em “posições sociais e induzi-los a executar os deveres inerentes a elas”. Ainda afirmam,

Ainda que a ordem social possa ter forma relativamente estática, há um processo contínuo de metabolismo, na medida em que novos indivíduos nascem dentro dela, mudam de lugar com a idade e morrem. Sua absorção no sistema de posições deve de algum modo ser conseguida e motivada. (P. 116)

Essa análise justifica o entendimento meritocrático nas sociedades ocidentais, com a presença do capitalismo. Lukács *apud* Stavenhagen (1971), considera que se a estratificação social é subsidiada por elementos objetivos, reais e não somente uma concepção subjetiva, há um equívoco ao levantar esses critérios, pois diante da lógica hierárquica das posições sociais, existe uma dicotomia entre sua importância e sua real função.

A dinâmica da sociedade capitalista tem como condição a luta de classes no espaço de movimento de contradição e antagonismo. Essa realidade impregna um fetichismo de mercadoria, alienação e reificação sobre o ser social. O que Alves (2013) chama de fetichismo é um ponto complexo de uma relação superficial implantada pela ideologia burguesa sobre o modo capitalista de comportar e pensar, uma vez que o indivíduo desprovido de consciência devido ao movimento de submissão ao capital coisifica as relações sociais.

Com o desenvolvimento das forças produtivas o ser humano enquanto ser social e sujeito histórico, domina a natureza e como produtor da mercadoria sendo esta parte da venda de sua força de trabalho ao patrão, o valor é objetivado no produto em que ele não recebe o valor total sobre o que produz. Isto é, ao apropriar dos recursos naturais, de sua força de trabalho, o ser social dá resultados aos proprietários, ao mesmo tempo em que está estagnado sem apreensão do processo alienante e exploratório em que se encontra. Esse fetiche (ALVES, 2013), é parte do controle proposto pelo capital em um metabolismo social disseminado entre a população. Aqui se remete a articulação

entre a ideologia, estrutura ideológica e material ideológico.

Essa coisificação que tem o ser humano como produtor e reproduzidor, é direção ideológica na construção das tramas sociais, ou seja, os grupos que são considerados minorias étnico-raciais, mulheres, LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) são alvo da coercitividade do fascismo neoliberal.

2) História do feminismo, alguns conceitos e datas marcantes para a luta das mulheres.

Visando superar o determinismo biológico enfatiza-se a dimensão histórica do conceito de gênero e de como este surge nas relações, seja de caráter social ou cultural, implicando diretamente na construção de sexo e sexualidade. Nesse sentido é que ao desmistificar papéis e qualidade construída socialmente atribuída às mulheres e homens de maneira naturalizada repensa-se aqui as desigualdades de gênero. (CISNE, 2015). Luta esta que se trava constantemente em todas as esferas sejam públicas ou privadas, uma vez que antagonismo de classes também se corrobora na dominação masculina e os embates com os movimentos feministas, visto que esta pauta põe em risco o poder hegemônico, e quem contraria essa lógica tem sua vida ceifada.

As lutas dos movimentos de mulheres apesar de marcos históricos são contadas pelas metades e corriqueiramente negadas, já que desde a invasão portuguesa nas terras 'brasileiras', homens brancos, proprietários dos meios de produção, religiosos, conservadores e héteros fazem a lei para a suposta proteção organizacional da sociedade. Abordar a temática de gênero é, portanto, (re)afirmar em momentos complexos de retrocessos dos direitos, um afrontamento político e social, que diante de uma conjuntura sociopolítica marcada pelo conservadorismo e patriarcado, induz à apatia e instabilidade aos grupos de vulnerabilidade social e todas/os aquelas/es que não são proprietários dos meios de produção.

O feminismo ganha notoriedade, enquanto movimento e campo teórico no período de 1788, com manifestações ainda que anônimas, onde a reivindicação ao direito ao voto, estudo e ao emprego. Como retrata Rocha (1990), "em 1789

foi publicado um documento anônimo dirigido ao Rei com o título *Pétition des femmes du tiers etat au Roi* “petição das mulheres do terceiro estado ao rei”, no qual solicitavam o direito a instrução e ao emprego, com intuito de evitar a prostituição e educar melhor os filhos (grifos da autora).

O que se percebe neste período de 1780 é que de fato haviam movimentos, sobretudo na França, onde houve certas conquistas mesmo que, singelas conquistas estas relacionadas ao matrimônio, a lei do divórcio, a política, por exemplo, mas estas não perduraram por muito tempo e foram abolidas no ano seguinte. Aqui, denota-se um movimento circular de idas e vindas quando a emancipação feminina estava ganhando espaço e força e os interesses dominantes tentavam derrubar, transformando em forças contrárias. Esta situação analisada historicamente reflete até os dias atuais, dado que as relações sociais não são lineares e existe uma pré determinação cultural da classe dominante (burguesia/empresários/proprietários), e a partir do direcionamento social é que estabelecem-se projetos societários que afetam toda à classe trabalhadora, todavia, as mulheres são o primeiro alvo dos desmandos e mandos capitalistas – eurocêtricos- latifundiários.

Segundo Rocha (1990), a palavra Feminismo surge primeiro na França “Feminisme” e logo depois na Inglaterra em 1890 “Feminism” substituindo a Womanism (“mulherismo”). Na Espanha o termo apareceu em 1899 no livro do Adolfo Posada: *Feminismo*. Ainda tem se o Feminismo enquanto Movimento, definido pelo dicionário (patriarcal) *Ilustrado de La Lengua*, (Sal, 1981) como: “Doutrina social que concede à mulher igual à capacidade e os direitos que os homens”. A primeira fase (onda) do feminismo foi reconhecida através da luta pelo voto e participação política, tem se então o movimento *sufragista*. Já a segunda fase (onda) do movimento feminista traz à tona diversas correntes deste pensamento com vários feminismos, pois resgata marcas de cada movimento, vivências e histórias das mulheres. Nas décadas de 1980 e 1990 o movimento feminista tornou se um sério movimento revolucionário o que trouxe ainda construções teóricas que resultou em crescimento coletivo e redes de proteção contra as violências. A intenção aqui é demonstrar a subordinação da mulher na divisão sexual do trabalho, por meio de uma sociedade de classes, marcada pelo capitalismo e pelo racismo.

3) Trabalho e relações sociais de sexo

É preciso fazer a diferenciação inicial entre gênero e relações sociais de sexo, uma vez que são distintos apesar de os conceitos entrelaçarem no movimento histórico da sociedade. Na língua original, francês, é chamado *rappports sociaux de sexe*, que significa Rapport relações mais amplas, estruturais, diferentemente de *relations* diz respeito às relações mais pessoais, individuais, cotidianas.

Esse conceito é fundamentado apreender as relações sociais de classe. Uma relação [rapport] social está vinculada aos conflitos e tensões entre os grupos sociais com interesses antagônicos (CISNE 2014). A relação social se consolida à medida em que homens e mulheres se relacionam, uma vez que esta se dá por que é uma oposição estrutural de duas classes com interesses antagônicos, constrói Devreux (2005), entendendo desse modo o processo como relação social de sexo, concomitante a outra construção.

A autora toma por base a referência ao sexo biológico, parece essencial, pois a classificação social dos indivíduos, desde o nascimento, é operada sob esse critério ou, mais precisamente, sob a representação social segundo a qual esse critério é de uma importância primordial para classificar os indivíduos. E afirma, “a relação social de sexo nomeia explicitamente a confrontação entre duas classes de sexo. Não pode haver relação social com uma categoria única. Não pode haver relação social sem confrontação” (DEVREUX, 2005, p. 564). Dessa forma resguardam todos os fenômenos de opressão, exploração e subordinação dos homens sobre as mulheres. Devreux (2005), conceitua ainda como relação social de sexo, uma representação científica que traduz a singularidade da organização social, em que esta é um mecanismo de dominação masculina refletida em todas as instâncias sociais.

Essa divisão sexual do trabalho perpassa pelos campos do trabalho produtivo e reprodutivo. Lê-se por trabalho produtivo o labor ou trabalho resultando em serviços e bens que têm valor monetário dentro do sistema econômico capitalista, visto que como resultado, os produtores desses bens e serviços ganham dinheiro pelo seu trabalho. Por trabalho reprodutivo

(ocasionalmente referido como trabalho como improdutivo) refere-se a funções socialmente femininas, que incidem na vida de terceiros, isto é, fazem mais pelo outro que por si, é de caráter não remunerado e não reconhecido por trabalho, que consiste no trabalho doméstico propriamente dito, bem como o trabalho parental, como tarefas de cuidados e de assumir responsabilidades pelas pessoas, salienta Devreux (2005), enfatiza ainda que a divisão sexual do poder é transversal e integra a relação social de sexo.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social decorrente das relações sociais de sexo, que para Kergoat (2006), define características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, a partir do que a autora denomina de valor social agregado, estabelecendo ao gênero masculino 'funções fortes' e ocupando espaços, políticos, religiosos e militares. A autora demarca dois eixos organizadores para a divisão sexual do trabalho, 1) princípio de separação, que consiste em trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e 2) princípio da hierarquização, o trabalho de homem 'vale' mais que trabalho de mulher, estes legitimam-se por meio da ideologia naturalista que empurra o gênero para o sexo biológico e limita as práticas sociais à "papéis sociais sexuados".

Em 1970 o movimento feminista retoma as bases teóricas destes conceitos e questiona-o uma vez que torna evidente uma opressão específica. Uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente por mulheres, cheio de invisibilidade e carregado de natureza, amor e dever maternal, pois entra aqui a construção social e cultural do ser mulher, levantando o corpo feminino como território de poder e controle social. Analisar a categoria trabalho com recorte em âmbito doméstico com o mesmo peso que o 'trabalho profissional', amplia o horizonte desta discussão, em que a divisão sócio técnica do trabalho precariza as condições da classe trabalhadora e exerce sobre a mulher um nível de exploração e alienação muito maior, hierarquizando e diferenciando atividades.

Se o sistema de classes reforça a ideia de divisão e ainda de desigualdade, O que seria esse sistema de classes, que inicia-se com uma revolução burguesa tornando se a última uma classe detentora da força de trabalho, enquanto a outra a vende. É um sistema de organização, das sociedades que separa por condições financeiras, políticas, culturais em grupos.

A partir do androcentrismo, onde o homem ressurgiu enquanto centro da história, e ainda é traçado uma certa liberdade nas sociedades modernas e provoca mudanças em todos os aspectos.

O trabalho também é modificado nas sociedades de classes, então o que consiste o trabalho? O trabalho é todo o resultado ou atividades, resultantes de uma força de trabalho dispendida pelo trabalhador. Sejam quais resultados se deseja atingir, qualquer tarefa tem trabalho manual, seja com a contrapartida da máquina ou não, e para ser feita é preciso “força de trabalho”.

A maioria das mulheres que lutava aqui, era burguesa, acadêmica, ou seja, já tinha um espaço mínimo garantido socialmente, pois concentrava em suas mãos inúmeras teorias, dados, livros e o que mais quisesse para comprovar a subordinação social da mulher. Onde estavam as mulheres negras? Davis (2013), responde,

A assunção que a emancipação transmitiu aos escravos a igualdade às mulheres brancas – ambos os grupos pediam o voto para completar a sua igualdade na sociedade – ignorando a precariedade absoluta das pessoas negras recentemente “libertadas” durante a era pós-guerra civil. Enquanto as algemas da escravatura não foram quebradas, as pessoas negras continuaram a sofrer a dor da privação econômica e a confrontaram-se com a violência terrorista das multidões racistas numa forma tão intensa como na escravatura. (p. 62)

É também nesta situação que se marcam vivências diferentes das mulheres, as mulheres negras com histórias de vidas diferentes das brancas, inclusive e principalmente no fator: trabalho. Estas por sua vez ainda encontram-se em outras vulnerabilidades e riscos sociais, mais iminentes, porém sem nenhuma visibilidade, pois a história do Brasil é atravessada pelo racismo e pela invisibilidade.

No Brasil a mulher negra representa a exploração e materializa a pobreza, pois acessa o trabalho em condições precárias, subalternas e exploradas. Se as mulheres brancas viviam sob o domínio masculino em condições degradantes, é importante pensar sob a hierarquização dos corpos subjugados para o poder, isto é, os corpos negros violados desde a colonização são postos institucionalmente como inferiores, as mulheres negras⁵ são marcadas pelo

⁵ "A idéia do estudo é trazer uma nova luz sobre o problema para que se possam definir políticas para reverter a situação (de discriminação)", afirmou a coordenadora da pesquisa do Dieese, Solange Sanchez, para quem mulheres negras são duplamente discriminadas. Solange afirmou

racismo e machismo naturalizado. É importante ressaltar que, não se faz aqui uma fragmentação da classe trabalhadora, todavia, é preciso salientar que a violência da escravatura, a lei de terras e o genocídio indígena, respaldam a arbitrariedade dos espaços de poder e comando e quem manipula essa direção social. Pautado sobre essa ideia, entende-se que os corpos negros são postos de maneira mercadológica, objeto para consolidação das fortunas do que hoje são os latifundiários, a Igreja Católica e o Estado. É de extrema urgência, se pensar que, ao 'abolir' a escravidão, não foi dado outro espaço de sobrevivência que não seja 'à margem das cidades', sem acesso à educação, saúde, infraestrutura dentre tantas outras expressões da questão social que encarnam na vida da população que mora nas favelas e periferias. Os grandes clássicos de Karl Marx e Engels demonstram que os trabalhos para mulheres e crianças nas fábricas eram de forma insalubre, precária, desigual na percepção de remunerações em uma relação exploratória. Em seus escritos relatam que a grande rivalidade de baixar as jornadas de trabalho e de melhorias para esta embora, o capitalista burlava as leis de forma intransigente.

O modelo de família que permeava até então as bases para a divisão sexual do trabalho, mantendo papéis construídos para "homens" e para "mulheres" não era mais mantido, pois a inserção das mulheres em um meio exterior que é o trabalho, e o contato direto com relações sociais fez emergir no seio desta instituição um desequilíbrio, este por sua vez, abalou as estruturas sociais e provocou medo no modelo dominante. CORDEIRO (2008) aponta que, a partir da entrada e manutenção das mulheres no mercado de trabalho, deu-se uma ruptura em tal conciliação (ou equilíbrio) entre trabalho e família e novos desafios se impuseram não só às famílias que passaram a ter "dois provedores", mas também, aos sistemas de bem-estar social que tiveram suas bases postas em questão.

O trabalho não remunerado feminino, posto no ambiente privado é discutido por Cisne (2014), como improdutivo e reprodutivo, o masculino que é

que essa discriminação pode ser verificada nos indicadores de renda e desemprego. Na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, a taxa de desemprego da mulher negra é de 26,2% contra 18,8% das não-negras. O desemprego das negras é maior do que o do homem negro (19,9%) e do não-negro (13,3%). As mulheres negras também demoram mais tempo para encontrar um novo emprego. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd191103d.htm>>

no ambiente público, denomina-se como produtivo e executor. O fato de uma atividade não ser paga, não abster sua importância para preservação da sociabilidade burguesa, uma vez que mesmo saindo de casa para trabalhos externos, as tarefas domésticas continuam sob responsabilidade feminina, significa dizer, portanto que o capitalismo explora, aliena e mantém seu domínio aliado ao pensamento religioso para expandir a ideologia controladora sobre corpos da classe trabalhadora.

No Brasil ainda em momentos de democracia tardia, vivenciamos a brutalidade de um sistema social, cultural, político e econômico extremamente excludente, desigual, onde as estatísticas apontam as facetas desses aspectos. As mulheres se apresentam como maioria populacional, mas minorias na política, minorias em remuneração sobre o trabalho exercido e sem nenhuma visibilidade. E ainda há índices reveladores sobre a dominação de classe, gênero e raça/etnia. Segundo Mészáros (2002), 70% dos pobres no mundo são mulheres. O que demonstra ou pelo menos o que pode concluir sobre determinada situação de subalternidade das mulheres é que estas foram privadas de acesso à educação, a trabalho, e a política, ou seja, a mulher estava na sociedade apenas como objeto coisificado para reproduzir e servir. Essa dominação fez com que os homens se ascendessem no mundo exterior, eles reproduziam, participavam da política, da economia e do mundo do trabalho enquanto a mulher fazia o serviço doméstico para eles.

Como aponta Miguel e Biroli (2013, p. 16):

As barreiras para o exercício do trabalho remunerado fora da esfera doméstica, especialmente para o acesso às posições de maior autoridade, maior prestígio e maiores vencimentos, estão associadas ao tempo que a mulher despende no trabalho, não remunerado, na esfera doméstica. No entanto, é esse trabalho feminino que permite que o homem seja liberado para atender a exigências profissionais que lhe permitem maior remuneração e a construção de uma carreira, assim como, para usufruir o tempo livre – livre da rotina profissional, mas também das exigências da vida doméstica.

Esta relação onde a mulher encontra-se na esfera pública e privada condiciona a ela diversos papéis entre estas esferas, e eles não estão dissociados em um conjunto todo, são complementares e são fundamentais para

perpetuar a condição de dominação masculina, e ainda afirmar habilidades diferenciadas entre o “feminino” e o “masculino” estas habilidades são socialmente reforçadas para que a situação de dominação prevaleça.

Dessa forma para superar esta situação de opressão é necessário transformar as estruturas sociais privadas e públicas a fim de garantir uma sociedade justa e universal não marcada pela condição sexual ou condição de gênero, para que se possa superar não se pode existir condições injustas no interior das relações familiares. A mulher exerce as mesmas funções que os homens e ainda recebem menor remuneração e por vezes, serão de forma infantil e violenta. A mulher quando assume posições de chefias de uma forma geral não tem a mesma credibilidade que os homens. Não é apenas uma condição de gênero é o simbolismo dado a elas. Mas, não basta apenas acessar o mundo do trabalho, e redefinir os papéis domésticos a partir da ideia de que, o espaço do lar é coletivo, é preciso valorar esses papéis (de trabalho exterior e doméstico), dando novo sentido a eles, para que as atividades masculinas não sejam consideradas mais importantes que as feitas pelas mulheres, reorganizarem estes símbolos seria essencial para uma profunda mudança de fato.

Esta valoração dos postos de trabalhos deve ser potencializada desde a infância, não dividindo as atividades como masculinas e femininas, para uma mudança no mundo exterior, é preciso politizar o interior das instituições privadas, pois a condição de diferenças sexuais e de gênero não está individualizada. Segundo Stancki (2018) A divisão social do trabalho – processo pelo qual as atividades de produção e reprodução social são diferenciadas, especializadas e desempenhadas por diferentes pessoas – pode ocorrer através da separação das atividades de produção de bens e serviços de acordo com o sexo das pessoas que as realizam - divisão sexual do trabalho. Essa desigualdade não apresenta-se apenas pela divisão sexual e biológica, mas por algo muito mais profundo, as relações sociais de sexo, as relações sociais no âmbito capitalista e, sobretudo pelo aprofundamento da acumulação flexível, e o símbolo atribuído a esta categoria, muitas autoras feministas exemplificam que não é apenas essa separação de genitálias, mas sim, o simbolismo dado a ele.

Cisne (2015), discute que essa divisão sexual segmenta os trabalhos de

homens e mulheres e hierarquiza tais trabalhos de forma a subalternizar os considerados naturalmente femininos em relação aos considerados naturalmente masculinos. A autora afirma que uma prova que não exista uma essência feminina ou masculina é saber que uma atividade considerada especificamente, feminina em uma sociedade, pode ser masculina em outra. Cisne (2015), aponta as mulheres eram vistas como responsáveis pela preservação da ordem moral e social, e, com isso, qualidades consideradas naturalmente femininas foram utilizadas como justificativas para o quase monopólio das questões referentes à ação social por parte das mulheres.

A categoria gênero foi explorada por feministas nas décadas de 1970 e 1980 com intuito de mostrar a desigualdade e como ela foi encarada como um processo social natural. Essas intelectuais tiveram como escopo reconstruir e afirmar que os papéis de gênero são construções sociais. Como os estudos de gênero tornaram - se mais acadêmicos tratando-se por mulheres da classe média ou alta que acessavam a educação, os movimentos feministas se fragmentam e enfraquecem a luta de campo, dividindo no sentido das representações de feministas trabalhadoras e populares, polariza-se o estudo na academia e reduz o movimento apenas a encaixar-se em reformas ainda burguesas que não satisfazem as mulheres trabalhadoras.

O que demarca essa passagem é entender que as classes são sistemas que dividem não apenas segmentos da população, mas que oprime através do sexo com objetivos maiores, que não são claros operando sobre a ótica do capital fetiche e transformando as relações sociais em objetos de fundo para manutenção de um castelo ilícito e desigual. As cargas sociais postas sobre as mulheres são tão fortes que impossibilitam ascensões no mercado de trabalho, diferente dos resultados dos homens, estes por sua vez, não carregam o peso de acumular funções no trabalho e na esfera doméstica, e conseguem desempenhar melhor os papéis externos que lhe foram atribuídos como roteiro cultural e normal.

É difícil romper com essa receita cultural sobreposta nas relações sociais sobre a categoria gênero, mas, se faz necessário, o rompimento desde as bases iniciais de formação. Desse modo, é preciso a construção de um novo currículo educacional, a fim de que a educação sobre gênero se fortaleça a medida em

que desconstrói conceitos e práticas naturalizadas como corretas. Todavia, é preciso considerar, pois a mundialização e os processos de organização do trabalho. Estes constituem essa divisão sexual do trabalho o que tem diversas consequências para as mulheres que vivem a precarização do trabalho, e estão condicionadas ao trabalho doméstico e o cuidado com os filhos.

CONCLUSÃO

A flexibilização do trabalho ou o processo de acumulação flexível não tem contribuído para mudanças significativas, e, não tem gerado igualdade entre homens e mulheres o que se tem se atualmente é o processo repetitivo de corroboração da divisão entre os sexos e a crescente e dominação de gênero no trabalho, ainda que as mulheres tenham acessado com maior força o mundo externo não temos quantitativos de maiores remunerações se comparadas com as do sexo masculino, além do que, ainda existem flexibilizações que fragmentam ainda mais as relações do trabalho e as mulheres. Essas flexibilizações significam, por exemplo, a fragmentação entre empregador e empregados no que se refere aos contratos de trabalho, a revisão dos salários, a redução dos direitos trabalhistas de uma forma geral e ainda os que atingem diretamente as mulheres, e mais especialmente as mulheres negras e pobres que encontram se nos empregos domésticos.

As mulheres, sobretudo, as mais pobres ocupam os lugares de trabalho mais precarizados e sem nenhuma cobertura, sendo afetadas pela reforma trabalhista que afeta diretamente as condições das mulheres no mundo trabalho. Os cortes de investimentos nas políticas sociais inclusive de educação atingem creches, escolas, e os locais de periculosidade e insalubridade, determinam o local em que é visto maternidade e sua sobrecarga sócio-política. A divisão sexual do trabalho define as esferas de posição social e as crises de renovação do sistema capitalista faz com que as mulheres sejam as primeiras a perderem seus empregos, não apenas pela falta dele, mas justamente pelas posições sociais ocupadas.

Quando se toma por uma retrospectiva o processo de acumulação primitiva aliado a transição do capital e novos arranjos familiares, entendendo

toda a construção social de poder/propriedade que este disponibiliza, isto é, o corpo feminino torna-se espaço de poder, de garantia de propriedade, à medida que institui a preservação de paternidade e concomitante com o cristianismo que assegura o templo de um corpo casto que é dado divinamente para reprodução e por sua vez reproduzido, herdeiros do pai. Essa ideia nasce e é refletida nas instâncias sociais, o acesso à informação continua sendo limitado e reduzido, escolhido pelo Estado/Igreja quem poderia/a ter acesso, e nitidamente, mulheres não eram cogitadas, transformando territórios a partir de uma ideologia burguesa e neoliberal, produzindo material ideológico e organizando-o estruturalmente segundo os interesses dos proprietários, corroborando o pensamento de subalternidade da mulher em relação ao homem.

Para que esse mecanismo de controle e organização social funcionem, delimita-se o ser mulher, constrói-se um padrão/estereótipo e aquela que não estiver nos moldes exigidos pelo sistema é punida, ou seja, mulheres que irrompem a ideia de submissão, maternidade, sexualidade, profissão e são independentes economicamente tornam-se símbolos de resistência e condenadas por esses órgãos de controle social, uma vez que eles criam estratégias de manutenção de ordem.

Dentro de parâmetros sociais, a construção do ser mulher é pautado apenas pelo o discurso academicista, que distancia uma possível aproximação do que de concreto é vivido por estas mulheres trabalhadoras, negras e mães solo ou não, visto que esta corrente do feminismo é branco, burguês e tem acesso universitário e violenta essas mulheres ao desconsiderar o processo de genocídio da população negra, que afeta desde a mãe que perde seu filho assassinado com proteção das forças policiais militarizadas ao menino negro que é encarcerado e abandona a paternidade.

Esse feminismo injeta nas periferias conceitos, autoras, materiais sem análise de uma conjuntura e realidade vivida por essas mulheres, que são criminalizadas pelo estado e sociedade, pela pobreza. A divisão sexual do trabalho é uma questão de gênero, raça/etnia e classe! É a materialização de muitas das expressões da questão social, em que o Serviço Social não pode omitir-se. À medida que se questiona a divisão sexual do trabalho e a naturalização da formação social e histórica da sociedade, caracterizada pela

posição de subalternidade em que se encontra as mulheres na sociabilidade burguesa, entende-se a emergência em ocupar os espaços de controle social (igrejas, escolas, mídias, legislações), a fim de que expandir e defender o pensamento crítico reflexivo. Talvez o grande questionamento seja como garantir a eficácia dessa proposta, uma vez que a categoria trabalho é marcada por exploração e alienação

Constata-se então que essa compreensão infere diretamente no local que o Serviço Social ocupa na divisão sócio técnica do trabalho, presente a precarização da profissão. O capital utiliza arbitrariamente a hierarquização do papéis em prol de seus interesses econômicos, sociais, culturais a partir de três dimensões contraditórias, o trabalho feminino, precarização e vulnerabilidade, uma vez que este cenário contemporâneo de 'feminização' profissional é de produção e reprodução da ideologia burguesa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Fetichismo e Subjetividade Burguesa: trabalho, valores, fetiche e estranhamento social. In: _____. **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2013.

BRASIL. **Código de ética do assistente social**. Lei no 8.662/1993 de regulamentação da profissão. 10. ed. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CORDEIRO, Marina de Carvalho. Mulher, mãe e trabalhadora: breve balanço de recentes políticas de conciliação entre trabalho e vida familiar no Brasil. **Ser Social**, Brasília, v. 10, n. 23, p.71-99, 2008.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. Plataforma Gueto, 2013.

DAVIS, K.; MOORE, W. E. Some principles of stratification. **American Sociological Review**, v. 10, p.15-21, 1976.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: Um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, set./dez. 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

KERGOAT, Danièle. Dynamique ET consubstantialité des rapports sociaux. In: DORLIN, Elsa (Org.). **Sexe, classe, race**: pour une épistémologie de la domination. Paris: Editora da PUF, 2006. p. 111-125.

LUKÁCS. **História e consciência de classe**: Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

MEZÁROS, Istivan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. **Teoria política feminista**: textos centrais. Vinhedo: Horizonte, 2013.

ROCHA, Maria José Pereira. **La problemática de la mujer**: tendencias y divergências analíticas. In: La sexualidade feminina: su configuración, el género, las esferas públicas y privadas en la Colonia Hornos. Tese (Mestrado) – México, 1990.

STANCKI, Nanci. **Divisão sexual do trabalho**: a sua constante reprodução. [2003]. Disponível em: <http://www.pucsp.br/eitt/downloads/eitt2003_nancistancki.pdf> Acesso em: 21 nov. 2016.